



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1227/2024
(à MPV 1227/2024)

Suprima-se o art. 3º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda propõe a supressão do artigo 3º da MP 1227/2024, o qual estabelece penalidades para os contribuintes relacionadas à declaração de benefícios fiscais federais.

A mencionada MP introduziu a exigência de que empresas que se beneficiam de incentivos fiscais federais informem à Receita Federal do Brasil (RFB), por meio de uma declaração eletrônica simplificada, os benefícios fiscais, renúncias, e imunidades tributárias usufruídas, bem como o valor do crédito tributário correspondente a esses benefícios.

Conforme a MP, as empresas que não cumprirem essa obrigação ou o fizerem com atraso estarão sujeitas a multas, calculadas mensalmente sobre a receita bruta do período, variando de 0,5% a 1,5%, com limite máximo de 30% do valor dos benefícios fiscais usufruídos. Além disso, prevê-se uma multa de 3%, não inferior a R\$ 500,00, sobre o valor omitido, inexato ou incorreto, aplicada simultaneamente à multa pelo atraso ou não entrega da declaração.

Entretanto, alguns benefícios fiscais são de difícil quantificação pelos contribuintes, e exigir que as empresas informem esses valores de maneira precisa, sob ameaça de multas, as expõe a um risco considerável de punição injusta. Isso é uma medida desproporcional e desarrazoada, indo de encontro à criação de uma relação cooperativa entre o Fisco e as empresas.



Diante do exposto, solicitamos o apoio dos membros desta Casa para a aprovação da presente emenda supressiva.

Sala da comissão, 10 de junho de 2024.

Senador Vanderlan Cardoso
(PSD - GO)

